

Museus e inclusão social

Gabriela Aidar*

O papel social dos museus

Os museus, desde sua matriz moderna desenvolvida entre fins dos séculos XVIII e começo do XIX, foram concebidos como instituições públicas voltadas à execução de um papel social. Historicamente, o entendimento sobre qual deveria ser o papel social a ser desempenhado pelos museus sofreu alterações, a partir de diversos projetos políticos e institucionais, e das próprias discussões que se deram no âmbito da Museologia. Assim, se os museus do século XIX europeu eram concebidos como um recurso educacional (ou disciplinatório) para as massas, esse papel foi adquirindo nuances e alterando-se no decorrer do século XX.¹

Um momento de ruptura deu-se com o desenvolvimento da Nova Museologia a partir dos anos de 1960. Essa vertente, entre outras coisas, passa a entender o museu como um instrumento provocador de mudanças com vistas ao desenvolvimento social, propondo que sua organização e suas atividades estejam baseadas nos problemas e demandas da sociedade, e não exclusivamente em suas coleções.

Entretanto ainda que alguns marcos possam ser delineados e as continuidades e rupturas possam ser estabelecidas, este artigo não pretende ater-se à historicidade do papel social dos museus, mas sim focar, em especial, um paradigma contemporâneo: o da inclusão social nos museus, como vem sendo discutida no Reino Unido nos últimos anos. Sua discussão ganhou força a partir da eleição do partido trabalhista (New Labour Party) ao governo central em 1997, e de sua seleção como um conceito articulador entre as esferas das políticas sociais e culturais. É importante ressaltar, dessa forma, que, no caso britânico, a ênfase nos museus como instrumentos para a inclusão social perpassa um projeto político, o que, sem dúvida, favoreceu as

*Gabriela Aidar é Especialista em Museologia, pelo MAE/USP. Mestre em Museum Studies, pela Universidade de Leicester, Inglaterra. Museóloga da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

¹Como afirma Tony Bennett, 'enquanto os museus do século XIX eram destinados para o povo, eles certamente não eram do povo, no sentido de demonstrar algum interesse nas vidas, hábitos e costumes das classes trabalhadoras das sociedades pré-industriais. Se os museus eram considerados como provedores de lições sobre as coisas, sua mensagem central era a de materializar o poder das classes dirigentes...' *The Birth of the Museum*, Londres e Nova York: Routledge, 1995, p. 109.

iniciativas e experimentações em profusão que vêm sendo feitas naquele país.²

O conceito de exclusão social

Para se compreender as origens da inclusão social nos museus, inicialmente deve-se abordar o conceito de exclusão social, uma vez que serão os estudos sobre exclusão social, nascidos das discussões nos campos das políticas sociais e econômicas, e dos estudos de desenvolvimento internacional produzidos especialmente na Europa Ocidental desde os anos de 1980, os que fornecerão o substrato conceitual para o paradigma da inclusão social nos museus.

Fundamentalmente, o conceito de exclusão social refere-se aos processos pelos quais um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, encontra-se com acesso limitado aos instrumentos que constituem a vida social e são, por isso, alienados de uma participação plena na sociedade em que vivem.

As principais áreas onde essa alienação pode ocorrer são aquelas relacionadas a três níveis: 1) exclusão dos sistemas políticos, o que resulta na perda de *direitos*; 2) exclusão de mercados de trabalho e redes de assistência social, cujo resultado é a perda de *recursos*; 3) exclusão de elos familiares e comunitários, resultando na deterioração das *relações* pessoais.³

Na prática, essas instâncias tendem a sobrepor-se e exclusão em uma das áreas pode provocar e alimentar as outras. Assim, exclusão da moradia e dos mercados de trabalho pode provocar exclusão da participação política, da mesma forma que exclusão dos direitos civis pode ocasionar a falta de participação social e a falta de acesso a condições básicas de saúde ou educação. As várias combinações e a pluralidade de manifestações da exclusão social fazem com que ela seja também chamada de privação múltipla.

Como se percebe, esse é um conceito fluido e abrangente, o que pressupõe a adoção de uma ênfase multidimensional para se entender o fenômeno da privação, fazendo com que elementos antes não considerados no estudo da privação passem a ser enfatizados, tais como de que maneira a

²O substrato para a fundamentação que se verá a seguir está baseado na pesquisa por mim desenvolvida no âmbito do curso de mestrado oferecido pelo Departamento de Estudos de Museus da Universidade de Leicester, na Inglaterra, em 2001. O resultado dessa pesquisa foi a dissertação intitulada "Museus e mudanças sociais: duas perspectivas do papel social dos museus". Nesse estudo, considerei o papel social dos museus como é teorizado e praticado no Reino Unido atualmente, a partir do paradigma da inclusão social, e analisei o papel social dos museus dentro da realidade museológica brasileira contemporânea, procurando, ao final, estabelecer um diálogo entre essas duas práticas museológicas. Para a elaboração do presente artigo, foi utilizada principalmente a primeira parte do trabalho, referente à conceituação da inclusão social nos museus.

³DE HAAN, Arjan e MAXWELL, Simon (Eds.). "Poverty and social exclusion in North and South". *International Development Studies Bulletin*, vol. 29, n.1, 1998, p. 3.

participação (ou a não participação) política e cultural podem trabalhar para excluir ou incluir segmentos da sociedade.

Um outro ponto de originalidade do conceito é seu foco nos processos e nas instituições que excluem as pessoas, o que faz com que as análises que tenham como referência o conceito de exclusão social preocupem-se com as causas e com os mecanismos que promovem a exclusão, mais do que com seus resultados.

Dado seu caráter flexível, a aplicação do conceito de exclusão social varia de acordo com tradições políticas e intelectuais específicas, dependendo do que cada sociedade considera como sendo excludente e com que tipo de inclusão é almejada. Portanto se faz importante, quando do desenvolvimento de políticas locais, ao menos a definição dos grupos excluídos e das razões para que os processos de exclusão ocorram, assim como das instituições sociais que tomam parte nestes processos. Isso significa que qualquer que seja a definição usada, ela deve ser baseada nos contextos particulares e explicitada.

Ainda que os diferentes entendimentos da privação irão influenciar as políticas para a sua superação, existem duas variáveis comuns aos projetos que envolvem o conceito da exclusão social. Esses projetos podem tanto procurar aliviar problemas pontuais, ou eles podem promover mudanças mais estruturais nas organizações e relações sociais, por meio de mecanismos como os de melhoria na educação, com resultados mais a longo prazo.⁴

A vantagem de ser um conceito fluido é dada pela visão multidimensional da privação que o conceito traz consigo, o que oferece a possibilidade para que diferentes países, em diversos contextos, possam desenvolver suas políticas de acordo com as suas instituições e seus processos de exclusão.

Exatamente pela possibilidade de ser adequado a diferentes contextos socioeconômicos, o conceito de exclusão social tem sido usado como um substituto para o conceito de pobreza nas políticas sociais desenvolvidas pela União Européia desde o início dos anos de 1990. Isso porque, enquanto as noções de pobreza centravam-se em questões *distribucionais*, como as de renda e gastos, a exclusão social se atém a questões *relacionais*, tais como as de participação social inadequada, falta de integração social e falta de poder. Dentro dessa perspectiva, exclusão social pode ser entendida também como uma cidadania incompleta.⁵

Se a inclusão social é um sinônimo para a participação social, o que esse paradigma propõe não é o desenvolvimento de políticas assistencialistas,

⁴EVANS, Martin. "Behind the rhetoric: the institutional basis of social exclusion and poverty". In: HAAN e MAXWELL (Eds.). 1998, p. 42-9 (p. 45).

⁵GORE, Charles. "Markets, citizenship and social exclusion". In: RODGERS, Gerry, GORE, Charles, e FIGUEIREDO, José B. (Eds.). *Social exclusion: rhetoric, reality, responses*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1995, p. 1-37 (p. 19).

mas o desenvolvimento de políticas participativas, as quais os excluídos sejam agentes nos processos que buscam a sua inclusão, pois a participação é nela mesma uma forma de integração.⁶

Na prática, e considerando-se a natureza multidimensional da exclusão, isso significará que diferentes profissionais, agências e níveis de governo terão que trabalhar em conjunto com os grupos excluídos na concepção e gerenciamento das políticas de inclusão. Um meio para o desenvolvimento de abordagens participativas é a adoção de medidas que incrementem as habilidades de associação e organização de indivíduos e grupos. Outra estratégia é o desenvolvimento de ações locais que visem envolver comunidades específicas, atendendo às suas necessidades de maneira interdisciplinar, construindo parcerias entre agências governamentais e a sociedade civil e dentro da própria sociedade civil. Finalmente, um esforço no sentido da implementação de uma legislação que lute contra a discriminação representa outra iniciativa que coloca o combate à exclusão social dentro de um fórum legal.⁷

A inclusão social aplicada à prática dos museus

Para responder à pergunta por que os museus devem envolver-se com demandas sociais aparentemente “alheias” às suas atribuições, duas questões centrais têm sido propostas dentro do discurso da inclusão social desenvolvido ultimamente no Reino Unido. Primeiramente, há o dilema contemporâneo no qual os museus têm de provar sua relevância para uma sociedade com diversas opções de lazer e de consumo de informação, e que, no caso britânico, exige constante retorno ao dinheiro que é empregado em serviços públicos. A resposta a isso tem sido o foco em seu potencial educacional, e em práticas socialmente inclusivas que ampliem a utilidade social dos museus. Como um segundo argumento, existe a questão ideológica de que os museus, como instituições públicas, possuem uma responsabilidade para com a sociedade à qual pertencem, devendo atuar como agentes de mudanças sociais positivas.⁸

A partir disso, e considerando-se o que já foi mencionado, pode-se compreender como o conceito de exclusão social foi importado pela área museológica. Baseando-se na definição de exclusão social como um *processo*

⁶Idem, p. 34.

⁷RODGERS, Gerry. “The design of policy against exclusion”. In: RODGERS, Gerry, GORE, Charles, e FIGUEIREDO, José B. (Eds.). 1995, p. 253-82 (p. 255-60).

⁸DODD, Jocelyn e SANDELL, Richard (Eds.). *Including Museums: Perspectives on Museums, Galleries and Social Inclusion*, Leicester: Research Centre for Museums and Galleries, 2001, p. 4.

e um *estado* pelos quais dinâmicas sociais e instituições limitam alguns grupos de uma ampla participação na sociedade, pode-se argumentar que os museus, como instituições culturais, podem executar um papel numa rede de elementos excludentes, ou por oposição, serem ferramentas para a inclusão social. Além do mais, dada à natureza multidimensional da exclusão, políticas que busquem a inclusão invariavelmente assumirão uma abordagem interdisciplinar, o que pode incluir serviços culturais assim como serviços sociais.

Em termos de aplicação do conceito, as mudanças sociais que os museus podem provocar, e as esferas nas quais ele atua são consideradas em três níveis: um individual, um comunitário e um societário.⁹

O *individual* se refere às iniciativas desenvolvidas pelos museus que podem trazer resultados positivos relacionados a esferas pessoais, psicológicas e emocionais da vida de uma pessoa, como o desenvolvimento da autoestima e da confiança pessoal ou de um senso de identidade e pertença. Esse nível também pode contribuir para resultados mais pragmáticos como a aquisição de novas habilidades que podem, por sua vez, aumentar oportunidades de emprego.

O nível *comunitário* lida com as iniciativas que fortalecerão as comunidades, por meio da aprendizagem de competências e do desenvolvimento da habilidade e confiança para a mudança, por um incremento na autodeterminação e participação da comunidade em processos de tomadas de decisões e de estruturas democráticas. Estes podem ser alcançados a partir, por exemplo, de iniciativas de regeneração ou renovação em vizinhanças carentes, ou pela utilização do museu como um espaço onde demandas locais possam ser discutidas e representadas. Nesse caso, muitas vezes o museu pode atuar como um catalisador para processos de regeneração social, que podem futuramente, ter uma vida independente da instituição.

O nível *societário* refere-se ao papel que os museus podem assumir como criadores de narrativas sociais dominantes, mediante suas práticas de seleção e exposição, e dos discursos expositivos criados. Assim, os museus podem ajudar a desenvolver um sentimento de pertença e afirmação de identidade para grupos que podem estar marginalizados.

Mais uma vez, na prática, essas esferas tendem a sobrepor-se. Os exemplos decorrentes de uma prática museológica que procura ser mais inclusiva são extremamente variados, e alguns se prestam bem à ilustração de como os processos apontados podem ocorrer.

⁹Aqui, dois textos do mesmo autor foram utilizados para construir uma abordagem compreensível e sintética para os três níveis de ação com os quais o museu lida. O primeiro foi o anteriormente citado Dodd e Sandell (2001), e o segundo está em Richard Sandell, “Museums and the combating of social inequality: roles, responsibilities, resistance”. In: SANDELL, Richard. *Museums, Society, Inequality*. Londres e Nova York: Routledge, 2002.

Uma interessante experiência foi a desenvolvida pelo Nottingham Castle Museum and Art Gallery, em Nottingham, na Inglaterra, com um grupo de deficientes físicos. A iniciativa teve origem em um projeto de consulta de diversos profissionais do museu com os deficientes físicos, buscando estabelecer quais eram suas necessidades dentro do museu e como ele poderia contemplá-las, desde questões de acessibilidade física, como o uso de rampas e elevadores, até a introdução de elementos que auxiliassem na interpretação das exposições, como recursos táteis ou sonoros, ou mesmo questões de conteúdo sobre textos ou abordagens expositivas que poderiam ser consideradas equivocadas ou ofensivas para esse grupo. Foi um processo de consulta que se desenvolveu durante cinco anos, em que os deficientes receberam treinamento para se familiarizar com o museu e seu funcionamento, treinaram uns aos outros acerca de suas deficiências e visitaram outras instituições em busca de exemplos de boas práticas. Com isso, puderam auxiliar a equipe do museu no desenvolvimento e adequação dos seus projetos e também introduziram uma perspectiva do público no trabalho interno do museu. Como um resultado, os participantes aprenderam novas habilidades e desenvolveram confiança, o que resultou na formação, por parte dos deficientes físicos participantes, de um grupo de consultoria chamado de *Drawbridge Group*, que passou a oferecer seus serviços não apenas ao museu, mas a outras instituições interessadas em adaptar-se às necessidades desse grupo.

Outra iniciativa foi a desenvolvida pelo Tyne and Wear Museum, da cidade de Newcastle, no nordeste da Inglaterra. O projeto intitulado *Making History/Objects of Desire* convidou moradores da cidade a doarem um objeto de valor pessoal ao museu e contar sua história, a partir de entrevistas feitas pelos profissionais do museu com os doadores, ou de participações espontâneas, com o envio de objetos pelo correio, explicando as razões para as escolhas. O programa incluía ainda oficinas, grupos de discussões e visitas ao museu. Essa iniciativa proporcionou aos membros da comunidade participantes um sentimento de que a coleção do museu lhes pertencia, de que eles eram uma parte valiosa de um todo, e ainda com suas contribuições puderam ajudar a contar a história da região onde vivem.¹⁰

Outros dois exemplos, dessa vez brasileiros, merecem ser citados por sua sintonia com os pressupostos do paradigma da inclusão social nos museus. Um deles foi um projeto desenvolvido pelo Museu Lasar Segall de São Paulo, cujo início, em 2000, pude acompanhar pessoalmente. Foi um projeto de parceria implementado pela Área de Ação Educativa com uma escola de ensino médio vizinha ao museu, em que professores de diversas disciplinas foram convidados a participar. Sua proposta era o desenvolvimento de um material e de atividades educativas que se baseassem na expo-

¹⁰ Ambos os exemplos foram retirados de *Museums and Social Inclusion – The GLLAM Report*, Group for Large Local Authority Museums/ Research Centre for Museums and Galleries, 2000.

sição de longa-duração, mas que tivessem um caráter interdisciplinar, contando com a perspectiva das diferentes disciplinas, para serem aplicadas tanto pelos educadores do museu quanto pelos professores, nas duas instituições. Assim, os professores seriam instrumentalizados sobre como utilizar um espaço pedagógico informal como é o museu (nesse caso, um museu de arte como é o Museu Lasar Segall) e sobre as potencialidades do uso qualificado desse espaço. Além disso, havia o interesse em fazer com que eles sentissem que eram bem-vindos e que suas contribuições eram válidas para o museu. Da perspectiva do museu, foi a oportunidade de estar em contato mais direto com o mediador do seu público-alvo, que é o escolar, e de trazer uma perspectiva externa ao museu para alimentar suas atividades internas, além de criar um vínculo mais estreito com aquela escola e com seus alunos.

Como último exemplo, há o trabalho efetuado pelo Museu Didático-Comunitário de Itapuã, em Salvador. Partindo dos interesses acadêmicos de sua idealizadora, de analisar as relações entre a preservação do patrimônio e a educação, e de como uma prática baseada nessa relação pode afetar a realidade positivamente, esse museu, desde suas origens, buscou o envolvimento de seus participantes nas diversas fases da prática dos museus. Assim, desde suas primeiras atividades, os estudantes, professores e outros participantes recebiam treinamento sobre como coletar dados, como processá-los museologicamente, como disponibilizá-los e promover sua extroversão. Com isso, a figura do técnico, ou do profissional de museu se pulverizou entre todos os envolvidos nas atividades, contando com o trabalho dos especialistas que ensinavam aos participantes os procedimentos de suas especialidades. A intenção era a de não alienar os participantes em nenhuma etapa do processo, instrumentalizando-os com a aquisição de técnicas e de um pensamento museológico, e promovendo a reflexão sobre o uso potencial desse conhecimento para responder aos desafios da vida cotidiana.¹¹

Como os exemplos citados demonstram, via de regra, os processos que buscam a inclusão social nos museus costumam promover resultados bilaterais, em que ocorrem ganhos tanto para os públicos participantes, quanto para as instituições.

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar os limites entre o conceito de inclusão social e a idéia de *audience development* (ou desenvolvimento de públicos), duas noções que costumam ser bastante confundidas. O desenvolvimento de públicos pode ser entendido como a identificação das diferentes barreiras que acabam por excluir indivíduos ou grupos da frequência aos museus, e o posterior desenvolvimento de estratégias que superem essas barreiras, trazendo para os museus públicos tradicionalmente não visitantes. Isto se dá pela eliminação dos obstáculos para o seu acesso, obstáculos que podem ser físicos, financeiros, atitudinais, etc. Por sua vez, a inclusão social

¹¹SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. "Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário". In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 7, Lisboa, 1996.

propõe, para além de uma maior acessibilidade às instituições museais, o desenvolvimento de ações culturais que tenham impacto político, social e económicos, e que podem ter alcance tanto a curto quanto a longo prazo.

Como os exemplos citados indicam, adotar uma prática socialmente inclusiva nos museus não significa abandonar as suas atribuições tradicionais. Por outro lado, isso não quer dizer que algumas mudanças organizacionais não venham a se fazer necessárias. Mais ainda, trabalhar com vistas à inclusão social pode oferecer aos museus a oportunidade de refletir sobre práticas estabelecidas, ou de se repensar como instituições públicas.

Como afirmado por Dodd e Sandell, "...comprometer-se com idéias de inclusão social requer que reconheçamos que o cultural está inextricavelmente ligado ao social, e mais particularmente, que colecionar, documentar, conservar e interpretar são meios para um fim",¹² que seria o de promover benefícios sociais para a sociedade à qual o museu pertence. Entretanto o que muitos museus fazem é confundir suas *funções* de preservação, documentação, pesquisa e comunicação como sendo seus *objetivos* últimos.

Dessa forma, um redimensionamento das práticas museológicas se faz necessário ao se adotar um paradigma mais inclusivo. Em termos ideológicos, as instituições devem mover-se na direção do reconhecimento da idéia de que elas têm um papel a contribuir para a igualdade social, para o fortalecimento de indivíduos e grupos em desvantagem, e para o incremento de processos democráticos dentro da sociedade.

No que diz respeito à revitalização das práticas museológicas, um caminho pode ser a adoção de um posicionamento crítico em relação a elas, o que significa não tomá-las como dadas ou neutras, mesmo aquelas que costumam ser consideradas assim, como as de documentação e conservação. Paralelamente, os museus deveriam promover uma democratização de dentro das instituições, evitando as rígidas hierarquias de poder e permitindo que diversos setores da profissão e do público participem e tenham voz nos processos de tomadas de decisões.

Assim, em áreas da salvaguarda museológica como a de gerenciamento de coleções, ou de documentação, processos de consulta poderiam ser estabelecidos com diversos grupos afins, para discussões sobre o que adquirir, o que é relevante sobre determinados objetos e como essa informação pode ser documentada e catalogada com vistas à sua ampla acessibilidade, quebrando com o monopólio de decisão sobre esses procedimentos de determinados indivíduos ou grupos dentro dos museus. Outra importante iniciativa nessa área, é a da adoção de uma política de amplo acesso virtual às coleções e aos seus conjuntos documentais.¹³

¹²DODD e SANDELL, 2001, p. 12.

¹³WALLACE, Amanda. "Collections management and inclusion". In: DODD e SANDELL, 2001, p. 82-7 (p. 83).

No campo da conservação, uma contradição se impõe, pois uma de suas tarefas é a de estabelecer barreiras protetoras entre os objetos e o público. Para responder a isso, poderiam ser desenvolvidas alternativas para o uso controlado e supervisionado de certos objetos, em contraponto à posição negativa do não toque, normalmente adotada pelos museus. Em termos pedagógicos, procedimentos de conservação utilizados em museus e explicitados poderiam ajudar a promover nos públicos visitantes uma consciência do papel e importância da preservação.¹⁴

Seguindo essa lógica, até mesmo o papel do curador deveria ser redimensionado, substituindo sua posição de autoridade definitiva para a de facilitador entre as pessoas e os objetos, dado seu conhecimento das coleções.¹⁵

No que diz respeito à comunicação nos museus, as possibilidades de aplicação dos paradigmas da inclusão social são amplas, e provavelmente seus programas educacionais são a área onde a maior parte das experimentações nesse campo têm sido realizadas até agora. Mais do que isso, muitas vezes são seus setores educativos os que são unicamente responsabilizados para atender às demandas sociais colocadas aos museus.

Como em qualquer processo de inclusão social, os museus podem contribuir para a regeneração social em nível local, e/ou como catalisadores de mudanças sociais mais abrangentes. Quaisquer que sejam os resultados, sua potencialidade para informar e questionar idéias preconcebidas, por meio da manipulação de suas coleções e do conhecimento oferece a chave para que se localize a sua especificidade como instituição.

A comunicação museológica é a área em que se localiza a contribuição específica dos museus aos processos de inclusão social, a partir da sua capacidade de manipulação e difusão do conhecimento, ou do que se pode chamar como a sua autoridade interpretativa, seu papel como criador de narrativas sociais dominantes, que podem, como se sabe, ser utilizadas tanto para incluir segmentos da sociedade quanto para excluí-los e cristalizar preconceitos.

Nesse sentido, as oportunidades de inclusão são abertas quando os recursos comunicacionais de que se valem os museus, ou os seus instrumentos de interpretação, são questionadores e propõem formas alternativas de se ver a realidade, contando, na sua elaboração, com a ajuda de diversos parceiros.

Em complementação ao seu potencial educativo, o fato dos museus lidarem intimamente com a noção de preservação representa outro distintivo. A possibilidade de se combinar a vocação informativa dos museus com sua experiência na preservação do patrimônio também pode promover benefícios sociais. Estes são relacionados com a disseminação da consciência da preservação do patrimônio como um instrumento que proporciona identidade e conhecimento, e que pode levar à aquisição de novas habilidades e ainda de um desenvolvimento econômico local.

¹⁴CANE, Simon. "Conservation and inclusion". In: DODD E SANDELL, 2001, p. 88-91 (p. 90).

¹⁵WALLACE, Amanda. 2001, p. 87.

Entretanto ainda que seja possível delinear a contribuição específica dos museus aos processos de inclusão social, uma excessiva preocupação com as suas especificidades pode negar o valor dos benefícios que sejam similares àqueles proporcionados por outras instituições sociais, tais como a aqComo afirmado por Sandell, "... o conceito de responsabilidade social não implica que o combate à desigualdade se torne o único objetivo de todos os museus, nem que a desvantagem e a discriminação são problemas que os museus devem desafiar sozinhos."¹⁷ O papel dos museus nos processos de mudanças sociais será o de tomar parte numa rede contra a exclusão social, conjuntamente com outras organizações públicas e privadas, e com iniciativas governamentais.

Referências bibliográficas

- AIDAR, Gabriela. *Museums and social change: two perspectives on the social role of museums*. Dissertação não-publicada, University of Leicester, 2001.
- BENNETT, Tony. *The Birth of the Museum*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.
- DE HAAN, Arjan e MAXWELL, Simon (Eds.). "Poverty and social exclusion in North and South". In: *International Development Studies Bulletin*, vol. 29, n.1, 1998.
- DODD, Jocelyn e SANDELL, Richard (Eds.). *Including Museums: Perspectives on Museums, Galleries and Social Inclusion*. Leicester: Research Centre for Museums and Galleries, 2001.
- MUSEUMS AND SOCIAL INCLUSION. *The GLLAM Report*, Group for Large Local Authority Museums/ Research Centre for Museums and Galleries, 2000.
- RODGERS, Gerry; GORE, Charles, e FIGUEIREDO, José B. (Eds.). *Social Exclusion: Rhetoric, Reality, Responses*. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1995.
- SANDELL, Richard. *Museums, Society, Inequality*. Londres e Nova York: Routledge, 2002.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. "Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário". In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 7. Lisboa, 1996.

Resumo

O presente artigo nasce do interesse nas reflexões e práticas que propõem e analisam a ideia da relevância social dos museus. Mais especificamente, pretende discutir um paradigma contemporâneo que vem ganhando força nos debates museológicos internacionais: o da inclusão social aplicada à prática dos museus. Para caracterizar esse conceito, inicialmente serão apontadas suas origens nos estudos sobre exclusão social, para em seguida, focalizar na aplicação e desdobramentos das noções de exclusão e inclusão social dentro da área museológica.

Palavras-chaves: museus, mudanças sociais, inclusão social.

Abstract

The present article was born from an interest in the reflections and practices that propose and analyze the idea of the social relevance of museums. It specifically intends to discuss a contemporary paradigm that has gaining visibility in the international museological debates: the social inclusion concept applied to the museum practice.

To characterize this concept, initially its origins in the social exclusion studies will be pointed out, in order to allow the focus on the applications and results of the social inclusion concept in the museological area.

Key-words: museums, social change, social inclusion.

¹⁶DODD e SANDELL, 2001, p. 34.

¹⁷SANDELL, 2002, p. 60.